ACORDO DE COOPERAÇÃO nº 0201.22.04.06.01

O MUNICÍPIO DE MARACANAÚ, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 07.605.850/0001-62, com sede na cidade do mesmo nome, através do Gabinete do Prefeito, neste ato representado pelo(a) respectivo(a) Secretário Executivo, Sr. **JOSÉ EULER DE OLIVEIRA, Secretarário Executivo**, na forma do disposto na Lei n° 629 de 30.11.98, combinada com as Leis Municipais n° 986, de 07.01.05 e 1.955 de 01.02.2013, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** e o **INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES-IPGC,** Organização da Sociedade Civil, inscrita no CNPJ sob o nº 18.684.416/0001-31, com sede na Avenida Afonso Pena, nº 867, sala 809, Centro, CEP 30.130-905, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado pelo Diretor-Presidente, senhor Leonardo Luiz dos Santos, inscrito no CPF nº 061.387.226-50, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, celebram o presente Acordo de Cooperação na forma e condições seguintes:

1 – FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Acordo de Cooperação é celebrado com fundamento na CHAMADA PÚBLICA tombado sob o **n° 02.001/2021** para **SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA A CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM O MUNICÍPIO DE MARACANAÚ, POR INTERMÉDIO DO GABINETE DO PREFEITO/SECRETARIA ESPECIAL DE PARCERIAS E CONCESSÕES, POR MEIO DA FORMALIZAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO, OBJETIVANDO A BUSCA DE TÉCNICA E INTELIGÊNCIA ESPECÍFICA DA ÁREA DE CONCESSÕES PÚBLICAS E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS ENVOLVENDO PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA CAPAZES DE PROPORCIONAR PROJETOS QUE DESENVOLVAM, NECESSARIAMENTE, A QUALIDADE DE VIDA, SEGURANÇA PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA DOS RECURSOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ E OUTROS PROJETOS ESTRATÉGICOS QUE O GOVERNO MUNICIPAL IDENTIFICAR AO LONGO DA PARCEIRA E QUE A OSC, CONCORDAR EM DESENVOLVER, DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ/CE**, e se rege pelo disposto na Lei Federal 13.019/14.

2 – OBJETO:

2.1 O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por OBJETO estabelecer a mútua cooperação técnica, entre o MUNICÍPIO e o OSC, com o objetivo de empreender esforços para o desenvolvimento e estruturação dos seguintes projetos de infraestrutura urbana, mediante

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

Assessoria, Estudos de Viabilidade e Modelagem Contratual Técnica, Econômico-financeira, Jurídica e Ambiental para contratação de Parceria Público-Privada destinado a:

2.1.1. construção, operação e manutenção de **Usina Solar Fotovoltaica (UFV)** para atender demandas energética das edificações públicas;

2.1.2. eficientização, operação e manutenção da **Iluminação Pública** e implantação, operação e manutenção da Infraestrutura de **Telecomunicações** própria do Poder Público;

2.1.3. implantação, operação e manutenção dos serviços públicos de manejo e destinação final dos **Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)** para geração de energia elétrica ambientalmente sustentável;

2.1.4. operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de **Água** e **Esgotamento Sanitário** do sistema comercial e de crescimento vegetativo (Licitação de Serviços, Lei Federal nº 8.666/93); ou captação, adução, abastecimento e distribuição de Água e coleta, tratamento e destinação final de Esgotamento Sanitário (Licitação de PPP, Lei Federal nº 11.079/04);

2.1.5. **outros projetos** estratégicos que o MUNICÍPIO identificar ao longo da parceria e que o OSC, concordar em desenvolver, compondo esse ACORDO de Cooperação mediante Aditivo Contratual.

3 – DOS RECURSOS FINANCEIROS OU DO ÔNUS:

3.1. Não haverá transferência de recursos financeiros entre as PARCEIROS para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como não poderão ser oferecidos bens ou serviços como forma de contrapartida à execução do OBJETO do presente instrumento.

3.2. Cada um dos PARCEIROS arcará com seus respectivos encargos incorridos em virtude da celebração deste Acordo de Cooperação Técnica, como o deslocamento de suas equipes, comunicação externa e outras despesas que se fizerem necessárias para a plena execução deste Acordo.

3.3. Realizadas as condições de uma licitação bem sucedida, que leve à homologação e adjudicação de um vencedor do certame licitatório, constará no Edital referente ao certame que o vencedor da licitação, terceiro não contemplado pelo acordo, irá garantir recompensa pecuniária sob o título de "ressarcimento" em favor do OSC - o autor dos estudos - nos termos do art. 21 da Lei Federal 8.987/95.

4 – ÁREAS DE COOPERAÇÃO E OBRIGAÇÕES DAS PARCEIROS:

4.1. Os PARCEIROS envidarão os melhores esforços para a cooperação no desenvolvimento dos estudos e estruturação dos projetos que são OBJETO deste instrumento,

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

mediante Assessoria Integral e realização de Estudos de Viabilidade e Modelagem Contratual Técnica, Econômico-financeira, Jurídica e Ambiental visando a estruturação do processo de Concessão Pública ou Parceria Público-Privada (PPP), nos termos do Plano de Trabalho aprovado.

4.2. Para desenvolvimento dos projetos serão realizadas reuniões com grupo técnico específico para cada projeto, a ser criado por meio de portaria, sendo registradas em atas as decisões de maior relevância.

4.3. Os PARCEIROS deverão sempre comunicar previamente uma à outra, para que manifestem seu interesse em participar das atividades, quando da realização de projetos e estudos iguais ou similares aos relacionados no OBJETO do presente Acordo de Cooperação Técnica, além de quaisquer eventos que venham a inviabilizar a continuidade da execução dos projetos ou alterações relativas ao cronograma do projeto.

4.4. Qualquer intercâmbio de informações entre os PARCEIROS estará sujeito às suas respectivas políticas e procedimentos sobre divulgação e acesso a informações, sendo vedada a publicação ou divulgação, sob qualquer forma, dos estudos e materiais desenvolvidos.

4.5. O MUNICÍPIO, com a finalidade de colaborar, no que lhe cabe, com o desenvolvimento dos estudos para a execução do OBJETO acordado no presente instrumento, concorda, na pessoa do Prefeito Municipal ou órgão competente, em emitir ofício e conceder procuração ao representante legal do OSC.

4.6. Além das entregas listadas no item 4.1, outras entregas conexas também poderão ser acordadas entre as PARCEIROS periodicamente, sujeitas às políticas e procedimentos internos de cada uma das PARCEIROS, incluindo as políticas sobre celebração de convênios.

4.7. Por meio da Assessoria Integral a OSC apoiará a condução do processo licitatório em todos os seus atos e fases, inclusive nas audiências e consultas públicas, se houver, fazendo com que o(s) Projeto(s) a ser(em) realizado(s) pelo Município sejam implantados por empresa habilitada e competente.

4.7.1. O OSC irá prestar apoio técnico ao Município na interlocução e apresentação das informações técnicas eventualmente exigidas pelos órgãos públicos competentes para a instrumentalização de processos, bem como para a tomada de decisões referentes ao(s) Projeto(s); e

4.7.2. Além disso, prestará também suporte ao Município no processo de licitação até a transferência dos empreendimentos à iniciativa privada, em especial para a elaboração de respostas aos apontamentos da consulta pública, ajustes dos documentos do processo de

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

seleção, e apoio na realização de eventos de consulta ao mercado e à sociedade civil, como audiências públicas e apresentações ao público do setor (*roadshows*), se houver.

4.8. É de responsabilidade exclusiva do OSC pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Acordo de Cooperação, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.9. A administração pública possui prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

5 – DA EXECUÇÃO

5.1. As ações relacionadas à execução deste Acordo de Cooperação Técnica visarão os objetivos estipulados no OBJETO, por intermédio dos instrumentos previstos no item 4.1 deste Acordo.

5.2. A OSC executará e coordenará os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Jurídica e Ambiental (EVTEJAs), aliados à Assessoria Integral, a fim de promover a estruturação, o relacionamento, o gerenciamento e a modelagem dos projetos almejados pela Administração Pública, mantendo a equipe técnica do município permanentemente envolvida e informada sobre a execução dos projetos;

6 – DOS EVENTUAIS RESULTADOS DA PARCERIA

6.1 O Objeto da parceria consiste na cooperação entre os PARTÍCIPES visando a estruturação inteligente de um programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas na área de infraestrutura urbana, e será satisfeito mediante a capacitação do município, podendo, não obstante, produzir eventuais resultados para os PARTÍCIPES.

6.1.1 Os eventuais resultados deverão ser benéficos para a finalidade da presente parceria e para os PARTÍCIPES, não podendo, de qualquer forma, causar qualquer tipo de onerosidade para algum dos partícipes que já não estaria prevista na realização do mesmo projeto sem a celebração da presente PARCERIA.

6.1.2 São resultados eventuais a assinatura, pelo MUNICÍPIO, de Contrato de Concessão com concessionária em razão da realização de procedimento licitatório, estruturado e assessorado pelo OSC, e o ressarcimento dos estudos e modelagem do OSC a ser realizado pelo vencedor adjudicado como pressuposto da assinatura do Contrato de Concessão.

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

6.2 O MUNICÍPIO deverá selecionar a proposta mais vantajosa, em consonância com o valor orçamentário estabelecido e justificado para a realização do Contrato de Concessão, de forma fundamentada e em consonância com as regras de concorrência estabelecidas no Edital de Licitação.

6.3 Os editais de licitação dos respectivos projetos deverão conter, entre seus itens, cláusula de ressarcimento dos estudos elaborados pelo OSC, a ser realizado pela iniciativa privada que se sagrar vencedora dos certames, conforme disciplina o art. 21 da Lei nº 8.987/95.

6.3.1 A cláusula deverá colocar o ressarcimento pelos estudos como condição de possibilidade para que a adjudicatária assine o contrato de concessão.

6.4 O MUNICÍPIO, Poder Concedente, não será obrigado a celebrar o contrato de concessão. Sendo que, no certame licitatório, se o Adjudicatário Vencedor recusar-se a assinar o contrato de concessão, a Garantia de Proposta deverá ser executada pelo MUNICÍPIO, Poder Concedente.

6.4.1 A Garantia da Proposta feita pelo Adjudicatário Vencedor assegurará também a recompensa a título de ressarcimento, devida pelo privado, do correspondente aos Estudos de Viabilidade e Modelagem Contratual do OSC, devendo esta cláusula constar obrigatoriamente na Modelagem Contratual do certame licitatório.

6.5. Em caso de Execução da Garantia de Proposta o MUNICÍPIO, Poder Concedente, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da recusa do adjudicatário vencedor da licitação em assinar o contrato, para notificá-lo, expressamente e mediante a publicação no DOM, devendo dar ciência ao OSC da notificação e das comunicações relevantes à execução.

7 – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

7.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, por meio de comissão instituída com essa finalidade, conforme Portaria nº 4.253 de 01 de dezembro de 2021 e nos termos da Lei nº 13.019/2014, notadamente arts. 58 a 60.

7.2 – O relatório técnico a que se refere o art. 59, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

7.3 – Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existente.

7.4 – A OSC executará e coordenará os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Jurídica e Ambiental (EVTEJAs), aliados à Assessoria Integral, a fim de promover a estruturação, o relacionamento, o gerenciamento e a modelagem dos projetos almejados pela Administração Pública, mantendo a equipe técnica do Município permanentemente envolvida e informada sobre a execução dos projetos.

8 – DOS GESTORES DA PARCERIA:

8.1 – Cada PARCEIRO indicará um GESTOR para acompanhar a execução do Acordo de Cooperação, observando-se, no caso da Administração Pública, os requisitos legais cabíveis para a nomeação ou representação, e no caso do OSC, suas disposições Estatutárias e as devidas formalidades de outorga.

8.2 – Aos gestores do Acordo de Cooperação competirão dirimir, conjuntamente, as dúvidas que surgirem na sua execução e darão ciência aos respectivos titulares das pastas.

8.3 – Quaisquer comunicações referentes ao presente Acordo de Cooperação deverão ser realizadas por escrito e entregues ao outro PARCEIRO pessoalmente ou por meio de correspondência física ou eletrônica, com comprovação de recebimento, nos endereços a seguir indicados ou em outro que for posteriormente comunicado por escrito, dirigidas aos respectivos gestores nomeados.

8.3.1 – A mudança de destinatário, de endereço ou de qualquer dos números indicados deve ser prontamente comunicada aos PARCEIROS. Se dita comunicação deixar de ser realizada, qualquer aviso ou comunicação entregue aos destinatários ou nos endereços indicados será considerado como tendo sido regularmente feita e recebida.

9 – DA VIGÊNCIA:

9.1. O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 13.019/14, bem como demais dispositivos legais aplicados à espécie.

9.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada a administração pública municipal em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

9.3. O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

10 – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA:

10.1 - O presente Acordo de Cooperação poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

10.2 – No caso de eventual denúncia/rescisão do Acordo de Cooperação, os PARCEIROS poderão prever a continuidade da execução de atividades previamente acordadas e já iniciadas, os quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

10.3 – Não havendo a previsão de continuidade da execução nos termos da cláusula 8.2, não restarão aos PARCEIROS quaisquer obrigações ou encargos a serem cumpridos em razão do Acordo de Cooperação, a não ser, apenas no que couber, o sigilo, a proteção, o respeito e a boa-fé para com os dos dados transferidos e a imagem das PARCEIROS.

11 – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES:

11.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Presidente Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser re
querida após dois anos de aplicação da penalidade.

§2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

12 – DAS ALTERAÇÕES.

12.1 – O Acordo de Cooperação poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e disposições, mediante termo aditivo, de comum acordo entre as PARCEIROS, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

12.1.1 – Salvo disposição em contrário estabelecida, o Acordo de Cooperação e/ou os direitos e obrigações aqui contidos não poderão ser atribuídos, cedidos e/ou transferidos, no todo ou em parte por qualquer dos PARCEIROS sem o consentimento prévio e por escrito do outro, o qual não poderá ser negado de forma injustificada.

12.2 – É proibida, mesmo que por convergência de vontade entre as partes, a celebração de termo aditivo que preveja a transferência de recursos financeiros, bem como o oferecimento de bens ou serviços como forma de contrapartida à execução do OBJETO do presente instrumento.

13 – DA DIVULGAÇÃO.

13.1 – Em toda e qualquer ação promocional (*road show*, folders, vídeos institucionais, matérias jornalísticas, etc) e de divulgação de resultados de que trata o OBJETO deste ACORDO, o MUNICÍPIO, deverá constar, obrigatoriamente, a participação do OSC, como o responsável pelo Assessoramento, Estudos e Modelagem, condicionada à efetiva utilização dos estudos do OSC nos editais de licitação das concessões.

13.2 – Em toda e qualquer ação publicitária do Brasil Inteligente e demais programas, o OSC vinculará o MUNICÍPIO, pela parceria no planejamento, desenvolvimento e execução do projeto, dando-lhe a devida notoriedade, condicionada à efetiva utilização dos estudos do OSC nos editais de licitação das concessões.

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

13.3 – Em decorrência da parceria firmada a partir deste ACORDO, o MUNICÍPIO, autoriza o OSC a vincular sua imagem institucional, compreendendo a inclusão e divulgação de sua logomarca oficial no sítio eletrônic, mídias digitais oficiais, bem como todo e qualquer material gráfico-publicitário do Instituto.

14 – DO SIGILO E PROTEÇÃO DE DADOS.

14.1 – Ambos os representantes legais das pessoas jurídicas que firmam o presente Acordo de Cooperação, obrigam-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados. No manuseio dos dados as PARCEIROS deverão:

(a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas com o fim de desenvolver e executar o objeto deste Acordo de Cooperação e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente a outra PARCEIRO.

(b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

(c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa das PARCEIROS.

(d) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus colaboradores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos que lidam com os dados pessoais assinaram Acordo de Confidencialidade, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, diverso aos objetivos deste Acordo de Cooperação.

14.2 – Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

14.3 – As PARCEIROS deverão notificar em até 48 (quarenta e oito) horas a respeito de qualquer descumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pelas PARCEIROS, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

15 – DO *COMPLIANCE*.

15.1 – As PARCEIROS declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, e se comprometem a cumpri-las fielmente, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados, comprometendo-se, sem prejuízo das demais obrigações legais, a:

15.1.1 - não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente

15.2.2 - adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir tratamento indevido aos dados e informações compartilhadas, atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

15.2 – O OSC declara que tem, e manterá até o final da vigência deste contrato, um código de ética e conduta próprio cujas regras se obriga a cumprir fielmente, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

15.3 – Por meio da modelagem da licitação e da assessoria serão tomadas todas as medidas necessárias para contribuir tecnicamente para com a imparcialidade, qualidade e condições de concorrência para a licitação do Projeto.

16 – DO FORO:

As partes elegem o Foro da Comarca de Maracanaú/CE para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal, devendo os partícipes, obrigatoriamente, buscarem prévia tentativa de solução administrativa, com a participação do órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública Municipal.

17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1 – Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

17.2 – E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento, lavrado na Procuradoria Geral do Município, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ

Prefeitura de
Maracanaú

Maracanaú-CE, 06 de abril de 2022.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

JOSÉ EULER DE OLIVEIRA
Secretarário Executivo do Gabinete do Prefeito

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

LEONARDO LUIZ DOS SANTOS:06138726650
Assinado de forma digital por LEONARDO LUIZ DOS SANTOS:06138726650
Dados: 2022.04.12 14:27:39 -03'00'

LEONARDO LUIZ DOS SANTOS
Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades-IPGC

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: Igor Norberto Brito Costa
CPF: 05315402355

2. _____
Nome: PATRÍCIA MARIA COSTA MOTA
CPF: 949.106.173-72

PGM/

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ